



PREVENÇÃO AO BULLYING EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)

PREVENTION OF BULLYING IN PUBLIC SCHOOLS: ANALYSIS OF COUNTERMEASURE MEASURES IN RIO DE JANEIRO (RJ)

PREVENCIÓN DEL BULLYING EN ESCUELAS PÚBLICAS: ANÁLISIS DE LAS MEDIDAS DE ABORDAJE EN RÍO DE JANEIRO (RJ)

Yasmin Moura de Macedo¹, Thaysa Graciana Nelvo¹, Iuri Pires da Silva¹

e494097

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.4097>

PUBLICADO: 09/2023

RESUMO

O estudo teve como objetivo avaliar a implementação e os efeitos das medidas preventivas contra o *bullying* em escolas públicas do Rio de Janeiro (RJ), visando compreender sua eficácia na redução das ocorrências e no bem-estar dos estudantes. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e natureza aplicada, lançando mão de questionário eletrônico, que contou com 42 profissionais da educação. Além disso, obteve-se resposta da Secretaria de Educação para 10 questões sobre as medidas de prevenção e enfrentamento ao *bullying*. Como limitação, o estudo enfrentou demora na autorização para visita em unidades escolares extrapolou o cronograma do estudo, impedindo a observação direta e a entrevista presencial com professores. Os resultados revelaram intervenções da gestão municipal, incluindo capacitação de professores e ações de conscientização sobre diferentes formas de violência, abrangendo diretamente o combate ao *bullying*.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying. Escolas públicas. Gestão Pública.

ABSTRACT

The study aimed to assess the implementation and effects of preventive measures against bullying in public schools in Rio de Janeiro (RJ), with the goal of understanding their effectiveness in reducing occurrences and improving students' well-being. This was descriptive research with a qualitative and applied approach, utilizing an electronic questionnaire, which involved 42 education professionals. Additionally, responses from the Department of Education were obtained for 10 questions regarding bullying prevention and intervention measures. As a limitation, the study faced delays in obtaining authorization to visit school units, which extended beyond the study's timeline, preventing direct observation and in-person interviews with teachers. The results revealed interventions by the municipal administration, including teacher training and awareness-raising actions concerning different forms of violence, directly addressing the prevention of bullying.

KEYWORDS: Bullying. Public schools. Public administration.

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo evaluar la implementación y los efectos de las medidas preventivas contra el acoso escolar en escuelas públicas de Río de Janeiro (RJ), con el fin de comprender su eficacia en la reducción de incidentes y en el bienestar de los estudiantes. Se trata de una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo y naturaleza aplicada, que utilizó un cuestionario electrónico y contó con la participación de 42 profesionales de la educación. Además, se obtuvo respuesta de la Secretaría de Educación a 10 preguntas sobre las medidas de prevención y enfrentamiento al acoso escolar. Como limitación, el estudio enfrentó demoras en la autorización para visitar las unidades escolares, lo que excedió el cronograma del estudio y evitó la observación directa y las entrevistas presenciales con los profesores. Los resultados revelaron intervenciones por parte de la gestión municipal, que incluyeron la capacitación de los profesores y acciones de concienciación sobre diferentes formas de violencia, abordando directamente la lucha contra el acoso escolar.

PALABRAS CLAVE: Acoso escolar. Escuelas públicas. Administración pública.

¹ Graduanda (o) do Bacharelado em Administração Pública. Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Volta Redonda (RJ). Universidade Federal Fluminense (UFF).



1 INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é uma questão de grande interesse na sociedade, visto que representa uma séria violação dos direitos desses indivíduos em fase de desenvolvimento. A adolescência é uma oportunidade crucial para lidar com situações que tornam os jovens vulneráveis, como a violência e o envolvimento com drogas (Brandão Neto *et al.*, 2020).

Existe, contudo, uma forma menos evidente de agressão, conhecida como "violência invisível", que é passivamente aceita na sociedade devido à sua naturalização e falta de visibilidade. Presente em diversos contextos sociais, essa manifestação se insinua de maneira sutil em nossa cultura. Reconhecer e tornar visível essa expressão são passos essenciais para combater um fenômeno cuja presença nem sempre é óbvia (Melo; Moura, 2021).

Dentre as diversas formas de agressão presentes no ambiente escolar, ganha destaque o fenômeno que ocorre sob a forma de intimidação sistemática, comumente conhecido como *bullying*. Esse comportamento envolve atos deliberados de agressão física, psicológica e material, muitas vezes desprovidos de uma motivação aparente (Carneiro, 2019; Mendes, 2022). O fenômeno tem sido amplamente debatido tanto no âmbito nacional quanto internacional (Silva; Vinha, 2011).

As consequências dessa conduta são altamente prejudiciais, impactando tanto as vítimas quanto os perpetradores. Esses efeitos podem se traduzir em sintomas de depressão, queda no desempenho acadêmico, problemas comportamentais e perturbações nas dinâmicas familiares e institucionais (Pereira, 2019). Em alguns casos, esses efeitos podem se estender para a sociedade em geral, pois o agressor pode se encontrar em interações com a vítima em diversos cenários, perpetuando um ciclo de violência, no qual a vítima pode posteriormente tornar-se um agressor em outros contextos (Pereira, 2019).

Um exemplo marcante das graves implicações desse comportamento foi o trágico "Massacre de Realengo", ocorrido em uma escola no Rio de Janeiro, no qual um ex-aluno, possivelmente vítima de *bullying*, realizou um ataque armado resultando na morte de diversas crianças (CNN Brasil, 2021; Lima, 2020; Memória Globo, 2021).

Diante dessa problemática, foi promulgada no Brasil a Lei nº13.185, que estabeleceu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em 2015. No entanto, a efetivação de ações e propostas ainda necessita de avanços substanciais. É crucial obter informações concretas e estatísticas confiáveis sobre a incidência e amplitude desse fenômeno nas escolas brasileiras, a fim de planejar intervenções apropriadas e seguras. Isso demanda uma abordagem intersetorial que envolva várias áreas e investimentos governamentais (Harth *et al.*, 2022).

Nesse contexto, na cidade do Rio de Janeiro, foram implementadas diversas leis com o propósito de instaurar medidas preventivas contra essa questão nas escolas públicas, incluindo a incorporação do tópico nos planos pedagógicos das instituições (Rio de Janeiro, 2009, 2018, 2021).

Considerando a importância de abordar esse fenômeno no ambiente escolar e a necessidade de compreender a efetividade das ações preventivas implementadas, este estudo tem como problema



de pesquisa a seguinte questão norteadora: “Quais as medidas preventivas contra o *bullying* em escolas públicas do município do Rio de Janeiro?”.

O objetivo geral deste estudo é avaliar a implementação das medidas preventivas contra o *bullying* em escolas públicas do Rio de Janeiro, visando compreender sua eficácia na redução das ocorrências e no bem-estar dos estudantes.

Para alcançar o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: (i) verificar a implementação das medidas preventivas contra o *bullying* previstas na legislação municipal nas escolas públicas do Rio de Janeiro; (ii) identificar a existência de projetos pedagógicos de cunho social e cultural que abordem essa dinâmica como tema central na matriz curricular das escolas; e (iii) analisar os eventuais resultados e impactos das ações preventivas implementadas.

A justificativa deste estudo baseia-se na necessidade de compreender a efetividade das medidas preventivas adotadas em escolas públicas do município do Rio de Janeiro. Esse fenômeno causa danos significativos tanto para as vítimas quanto para os agressores, afetando não apenas o bem-estar dos envolvidos, mas também a dinâmica familiar, institucional e social. Considerando a implementação de leis municipais voltadas à prevenção, é essencial avaliar a eficácia dessas medidas, a fim de identificar possíveis lacunas e aprimorar as estratégias de combate a esse problema. Compreender os resultados e impactos das ações preventivas implementadas é fundamental para promover um ambiente escolar mais seguro e saudável, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais consciente e inclusiva.

A estrutura desse estudo começa com esta introdução que destaca a relevância do tema e seus objetivos. A segunda seção é um referencial teórico baseado em uma revisão bibliográfica que trata dos principais aspectos do fenômeno. A terceira seção descreve os aspectos metodológicos adotados. A quarta seção apresenta os resultados e a discussão em relação à teoria. A quinta seção contém as considerações finais e, por último, há uma lista de referências usadas no estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o que antes era visto como brincadeiras infantis agora atrai a atenção de diversos setores, incluindo educação, saúde e organizações internacionais como o UNICEF, que colabora na prevenção ao *bullying*. Em 2014, a iniciativa "Proteja Brasil" é resultado da parceria entre a ONG CEDECA, a IlhaSoft e o Governo Federal, que evoluiu para um aplicativo, permitindo a denúncia de violência. A Abrace - Programas Preventivos, criadora do programa Escola Sem *Bullying*, desenvolveu metodologia personalizada. A partir dos anos 2000, a comunidade científica, como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), e órgãos governamentais ativamente advogam pela prevenção, resultando em cartilhas, pesquisas e leis de combate a essa problemática (ABRACE, s/d; SBP, 2017).

2.1 A CARACTERIZAÇÃO DO *BULLYING* NO ÂMBITO ESCOLAR

O fenômeno do *bullying* tem sido objeto de investigação e preocupação em várias nações desde que o norueguês Dan Olweus o definiu em 1978 como um comportamento agressivo intencional,



repetitivo e prolongado, que ocorre em um contexto de desequilíbrio de poder nas relações interpessoais. Estudos subsequentes expandiram esse tema para outras nações, revelando influências socioculturais, grupais, familiares e escolares envolvidas nesse fenômeno (Mendes, 2022; Tognetta *et al.*, 2021).

No âmbito escolar, esse tipo de violência é um problema complexo e preocupante, afetando crianças e adolescentes por meio de comportamentos agressivos repetitivos, com a intenção de prejudicar a vítima e um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima (Zequinão *et al.*, 2019; Brandão Neto *et al.*, 2020). Esse fenômeno ocorre predominantemente entre pares na escola, longe dos olhares dos adultos, dificultando sua detecção e combate (Faraj *et al.*, 2021; Gomes, 2022).

Os envolvidos no assumem diferentes papéis - agressor, vítima ou espectador - e todos podem sofrer consequências psicológicas, sociais e emocionais a curto e longo prazo (Brandão Neto *et al.*, 2020). Essa violência escolar se manifesta em várias formas, como física, verbal, escrito, moral, social, psicológico, material e *cyberbullying*, sendo essencialmente caracterizada pela repetição das ações, intencionalidade e desequilíbrio de poder (SBP, 2017).

O *cyberbullying* é uma modalidade complexa dessa agressão que ocorre na Internet, ampliando o alcance e o potencial de dano dessas agressões devido à sua natureza anônima e possibilidade de atingir uma ampla audiência. Atitudes como menosprezar, enviar mensagens invasivas à privacidade e adulterar fotos e dados da vítima são comuns nesse contexto virtual (Mendes, 2022).

Durante a adolescência, essas atitudes tendem a se intensificar, podendo levar a impactos significativos no aspecto psicológico e social dos adolescentes. Além disso, casos trágicos de massacres escolares têm sido associados a vítimas desse fenômeno, ressaltando a importância de abordar o problema com seriedade e buscar soluções adequadas para garantir um ambiente escolar saudável e seguro para todos (Lima, 2020).

Nesse contexto, considera-se importante compreender o conceito de *bullying* e suas diversas manifestações, a fim de desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Sensibilizar sobre as consequências dessas ações e promover um ambiente escolar mais seguro e acolhedor para crianças e adolescentes constituem objetivos primordiais nessa luta contra o fenômeno (Lima, 2020; Mendes, 2022; Tognetta *et al.*, 2021).

2.2 OS ATORES NA DINÂMICA DE INTIMIDAÇÃO

O fenômeno do *bullying* engloba diferentes participantes em sua interação, e para uma compreensão mais aprofundada de suas características, recorre-se ao sistema proposto por Silva (2010). Os principais papéis são ocupados pela vítima típica, que demonstra traços menos sociáveis e se destaca por suas singularidades; a vítima provocadora, que revida de maneira intensa, fortalecendo o interesse do agressor; e a vítima agressora, que busca vingança e perpetua a violência em outros membros vulneráveis do grupo (Silva, 2010).

O agressor é aquele que deliberadamente persegue, intimida e humilha de forma sistemática, exibindo traços delinquentes e falta de empatia. Por outro lado, os espectadores podem assumir papéis



passivos, temendo intervir e se tornar alvos subsequentes; ativos, apoiando o agressor ou estimulando conflitos; ou neutros, mostrando indiferença diante da violência devido ao contexto social que os envolve (Silva, 2010).

A demonstração desse comportamento cruel se manifesta de maneira discreta, com agressores empregando táticas de abuso de poder, intimidação e autoritarismo para subjugar seus alvos. As graves implicações desse padrão, como fobia escolar, dificuldades de aprendizagem e evasão educacional, evidenciam a necessidade de uma abordagem mais ampla que transcenda o escopo educativo (Silva, 2010).

Os impactos desse ato na saúde, qualidade de vida e desenvolvimento psicossocial das pessoas afetadas são notáveis. Mendes (2022) salienta que esses indivíduos frequentemente se destacam por características distintivas, como deficiências físicas, inteligência acima da média ou dificuldades de aprendizagem, tornando-os suscetíveis aos ataques. Os resultados desse comportamento podem levar à desmotivação escolar, queda no desempenho acadêmico e até evasão educacional.

No caso do agressor, geralmente é uma figura popular, envolvendo-se em atitudes antissociais e encontrando satisfação em dominar e prejudicar os outros. Segundo Mendes (2022), esses indivíduos frequentemente mantêm uma autoimagem positiva e buscam ganhos sociais e materiais por meio de suas atitudes. Além disso, eles têm maior tendência à evasão educacional e a comportamentos de risco.

Silva *et al.* (2021) ressaltam que o ambiente de violência em que os adolescentes estão inseridos pode influenciar a adoção desse comportamento. Além disso, os autores destacam a associação entre disciplina parental autoritária e o recurso ao castigo corporal nesse contexto. Galli (2017), por sua vez, acrescenta que crianças que adotam esse tipo de conduta têm maior propensão a obter notas baixas, consumir álcool e fumar. Por outro lado, as vítimas podem apresentar atitudes ansiosas e de isolamento, ou assumir uma postura agressiva para chamar a atenção.

Um incidente de *bullying* cibernético foi capturado em vídeo na Escola Estadual Flávio Ribeiro de Rezende, em Natividade, interior do Rio de Janeiro. A adolescente vítima sofreu agressões físicas e ataques verbais de natureza racista, enquanto outras pessoas riam ao fundo (Mundo Negro, 2023). Esse episódio representa somente um exemplo inquietante das possíveis consequências, como o aumento dos ataques a escolas no Brasil nos últimos anos. Desde 2011, foram registrados 12 incidentes, envolvendo um grande número de vítimas, incluindo casos emblemáticos em locais como Rio de Janeiro (RJ), São Caetano do Sul (SP), Janaúba (MG), Suzano (SP) e Saudades (SC) (Poder360, 2023).

Há discussões em andamento sobre como a mídia aborda esses crimes, com alguns veículos optando por não divulgar o nome dos agressores nem os detalhes das ações. A justificativa para essa decisão é o receio de que a visibilidade possa incentivar novos ataques, o que é conhecido como "efeito contágio" (Folha, 2023). O Grupo Globo, por exemplo, adotou uma política mais restrita, abstendo-se de revelar o nome, imagem ou vídeos dos autores dos ataques, seguindo as orientações de



especialistas que enfatizam a importância de evitar a notoriedade e possíveis estímulos a novos casos (Portal G1, 2023). Esses incidentes realçam a importância de enfrentar o *bullying* de maneira séria e buscar estratégias eficazes de prevenção e intervenção, visando preservar a integridade física e psicológica dos estudantes, e criar um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos.

Panosso, Kiene e Brino (2023) salientam que, para abordar esta questão e fomentar um ambiente escolar seguro e saudável, é imperativo implementar estratégias preventivas e mediadoras eficazes. As intervenções de natureza universal, que abrangem toda a comunidade escolar, são indicadas como as mais eficazes na redução desse comportamento. No entanto, os autores enfatizam a importância de avaliar a qualidade do treinamento oferecido aos funcionários da escola, reconhecendo o papel crucial que desempenham na eficácia desses programas. Dessa forma há necessidade de aprofundar o entendimento acerca do treinamento de professores e colaboradores no contexto da prevenção e intervenção em situações dessa natureza (Panosso; Kiene; Brino, 2023).

2.3 AÇÕES PREVENTIVAS AO *BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR

A prevenção e o combate a esse fenômeno têm ganhado destaque por meio de importantes marcos legais. A Lei nº 13.185/2015 estabeleceu o Programa de Combate ao *Bullying*, buscando capacitar profissionais da educação, apoiar vítimas e agressores, sensibilizar a sociedade através dos meios de comunicação e implementar medidas contra todas as formas de violência nas escolas (Brasil, 2015; Marques *et al.*, 2022). A Lei nº 13.663/2018 complementou essa iniciativa, reforçando a cultura de paz nas escolas como parte fundamental da abordagem (Brasil, 2018; Marques *et al.*, 2022).

A capacitação dos educadores surge como elemento crucial na abordagem desse fenômeno, conforme definido na Lei n. 13.185 (Brasil, 2015). No entanto, é reconhecido que nem sempre esses profissionais estão totalmente preparados para lidar com essa realidade (Panoso; Kiene; Brino, 2023). A qualidade das interações entre professores e alunos, assim como as estratégias de resolução de conflitos, desempenha um papel vital na prevenção (Albuquerque; Maciel, 2022; Zequinão *et al.*, 2019).

Faraj *et al.* (2021) enfatizam a importância das abordagens multidisciplinares. Ações preventivas realizadas por equipes multidisciplinares proporcionam espaços de reflexão e redução de comportamentos agressivos, promovendo conscientização e resolução de questões interpessoais. Dada a complexidade desse fenômeno, a implementação de medidas preventivas nas escolas se mostra essencial. Tais intervenções aumentam a compreensão da dinâmica da violência, elevando sua visibilidade na comunidade escolar e reforçando a ideia de um esforço conjunto para enfrentá-la (Faraj *et al.*, 2021).

De modo paralelo, abordagens mais específicas têm emergido. A utilização dos Círculos de Cultura, influenciados pela perspectiva de Paulo Freire, ganha destaque no desenvolvimento de estratégias preventivas. Neto *et al.*, (2019) discute como grupos de adolescentes podem promover atitudes pró-sociais e desestigmatizar a violência como forma de destaque social. Através de teatro, dança e diálogo, eles engajam os alunos de forma ativa na luta contra o *bullying*.



Adicionalmente, Gomes (2022) traz à tona uma abordagem lúdica e cultural na prevenção e conscientização, ajustada para diferentes faixas etárias. O uso de métodos como jogos e dinâmicas em grupo incentiva a reflexão e o envolvimento dos alunos. A atuação do psicólogo é mencionada como fundamental tanto para a intervenção quanto para a prevenção, contribuindo para o crescimento cognitivo e social da comunidade escolar (Gomes, 2022).

A semelhança na discussão desses estudos é a importância das estratégias multidisciplinares e interativas na prevenção do *bullying*. Ao envolver alunos, profissionais da saúde e da educação, essas abordagens promovem ambientes escolares mais saudáveis e seguros. A ênfase na criação coletiva de conhecimento e na transformação de atitudes ressalta a necessidade de uma abordagem sensível e reflexiva diante desse desafio (Gomes, 2022; Neto *et al.*, 2019).

3 MÉTODO

A pesquisa tem natureza aplicada, concentrando-se na investigação e proposição de soluções para os problemas específicos relacionados ao *bullying* em contextos escolares, buscando de melhorar o ambiente educacional (Prodanov; Freitas, 2013). Quanto aos objetivos, trata-se de um estudo exploratório-descritivo que visa compreender os aspectos e contextos do fenômeno da intimidação na escola, identificando estratégias utilizadas na dinâmica da violência silenciosa na educação, bem como descrever os desafios enfrentados pela gestão escolar e o papel do Estado na mitigação dos efeitos desse comportamento intimidatório, incluindo uma análise das políticas públicas vigentes (Gil, 2002; Creswell, 2007). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para a análise e interpretação dos dados coletados, refletindo sua natureza exploratória-descritiva (Prodanov; Freitas, 2013).

3.1 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os procedimentos adotados neste estudo foram delineados com base nas diretrizes de Creswell (2007) e Gil (2002), abrangendo técnicas levantamento documental e pesquisa de campo. Além disso, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados primários, um formulário online direcionado a profissionais da área educacional. Adicionalmente, solicitou-se informações à Secretaria Municipal de Educação (SMS-RJ) por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), utilizando o portal Rio1746.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação teve início na fase exploratória para a elaboração do projeto de pesquisa, em março de 2023. Nesse período, a pesquisa bibliográfica permitiu a aproximação aos temas pertinentes ao escopo da pesquisa. Esse procedimento proporcionou a contextualização do tema, a compreensão de inicial e concatenar conexões com estudos anteriores, reforçando a relevância do estudo e permitindo a comparação de resultados com outras pesquisas.



A pesquisa documental complementou a revisão bibliográfica, fornecendo informações legais e normativas relacionadas ao tema. Ambos os métodos contribuíram para a fundamentação teórica, que compuseram a seção anterior (Creswell, 2007; Vergara, 2019).

No primeiro semestre de 2023, no início de maio, foi iniciada a coleta de dados primários por meio do uso de instrumentos como um questionário eletrônico desenvolvido com o Google Formulários. Dividido em quatro seções distintas e contendo um conjunto de dez perguntas estrategicamente formuladas, esse questionário foi direcionado aos profissionais da área educacional no município do Rio de Janeiro. Esse esforço resultou em 42 respostas válidas. O principal propósito das perguntas era adquirir informações essenciais e relevantes sobre as ações de prevenção ao *bullying*, o foco da pesquisa, evitando assim redundâncias e assegurando uma compreensão abrangente.

Dada a natureza da amostra não-probabilística por conveniência, composta por 42 profissionais (Prodanov; Freitas, 2013), foram empregadas abordagens adicionais para enriquecer o conjunto de dados. Para tal, utilizou-se a Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter dados junto à Secretaria Municipal de Educação (SMS-RJ) e à 9ª Coordenadoria Regional de Educação (9ª CRE). O portal online Rio1746 desempenhou um papel crucial como plataforma para solicitar e receber esses dados complementares. As perguntas foram formuladas com base nas informações coletadas até então, visando a comparação entre os diversos conjuntos de dados (ver apêndices).

Com o intuito de obter uma visão mais aprofundada do cenário educacional, buscou-se autorização para acessar as unidades escolares dentro da área de abrangência da 9ª CRE. Essa abordagem permitiria observações diretas no ambiente escolar e a realização de entrevistas presenciais com os profissionais da educação, especialmente os professores. Essa estratégia proporcionaria uma compreensão holística da pesquisa, complementando as respostas dos questionários com informações obtidas por meio de interações diretas no contexto real.

3.3 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados coletados foram separados e selecionados para o devido tratamento e posterior análise, entre o fim de julho e o mês de agosto de 2023.

A tabulação dos dados oriundos do questionário utilizou a própria tabela oferecida pela plataforma utilizada, que gera os resultados automaticamente.

O portal Rio1746 direcionou ambos os pedidos de informação (Anexo A; Anexo B) a SME-RJ. A resposta enviada pelo órgão foi grupada em um documento único de 05 páginas, que abrangeu, de forma genérica, as questões enviadas pelos autores.

Os dados tabulados e agrupados foram analisados orientados pela técnica de análise de conteúdo temática. Na etapa de pré-análise, os dados foram separados e explorados para compor o corpus. Em seguida, realizou-se uma leitura flutuante para uma exploração exaustiva do material. Assim, conforme indicado por Bardin (1977), foi possível fazer inferências e identificar as unidades de registros, agrupando-as. Conforme apresentado no Quadro 1, optou-se pela categorização temática para, em seguida, realizar a codificação e os critérios de agrupamento correspondentes.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO BULLYING EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

Quadro 1 – Categorização e Codificação para Análise de Conteúdo Temática

Categorização	Codificação	Descrição dos Critérios de Agrupamento
Ações Preventivas Projetos e Programas de Intervenção	AP	Agrupamento de informações relacionadas a medidas e iniciativas para prevenção de violências, com foco em ambientes escolares seguros. Inclui criação da GPE, CIPE, materiais educativos, cursos, Fórum de Prevenção, entre outros. Engloba informações sobre programas e projetos específicos para intervenção em situações de violência, promoção de competências socioemocionais e fortalecimento do ambiente escolar.
Capacitação e Treinamento dos Profissionais	CT	Compreende as ações voltadas para a capacitação e formação de profissionais da educação, incluindo cursos, parcerias, fórum e orientações da SME para lidar com situações de violência.
Legislação e Normas Diretivas da SME	Leg	Diretrizes e regulamentações relevantes e que dão aporte legal para a promoção de um ambiente escolar seguro e saudável, evitando o <i>bullying</i> .

Elaborado pelos autores (2023)

Após a definição dos critérios acima, retornou-se ao *corpus* para uma nova leitura fluente, identificando as categorias presentes no material, utilizando o método lógico-hermenêutico. Com isso, tornou-se possível apresentar os resultados que são discutidos na seção a seguir.

4 RESULTADOS

4.1 COM A PALAVRA, O DOCENTE

A análise do questionário aplicado aos professores revelou resultados interessantes sobre a abordagem de temas relevantes nas unidades educacionais, em relação à prevenção ao *bullying* e outras temáticas correlatas. A primeira seção do questionário explorou a realização de projetos pedagógicos em diversas áreas, destacando os temas de diversidade étnico-racial, antirracismo, cultura africana, povos indígenas, solidariedade, inclusão, prevenção à violência, promoção da paz e prevenção ao *bullying*.

No tocante à '**diversidade étnico-racial**', a maioria dos professores (92,9%) relatou que projetos foram realizados, sendo divididos entre aqueles previstos na matriz curricular (52,4%) e iniciativas da equipe pedagógica (40,5%). No entanto, apenas 7,1% indicaram que não houve projeto relacionado ao tema. Já em relação à abordagem '**antirracista**', 21,4% dos professores mencionaram que não ocorreram ações nesse sentido.

A temática de '**cultura africana**' e '**povos indígenas**' teve respostas que indicam um maior envolvimento, com 51,2% mencionando sua inclusão na matriz curricular e 31% como iniciativa pedagógica. A negativa ficou em 15,4% das respostas, mostrando que há uma abordagem significativa desses temas nas unidades escolares.

No que diz respeito à '**solidariedade**', 88,1% dos professores afirmaram que houve algum tipo de evento relacionado, enquanto 11,9% indicaram que não ocorreu em sua unidade escolar. Da mesma forma, 85,7% mencionaram a temática de '**inclusão**' em projetos pedagógicos, em contrapartida aos 14,3% que não vivenciaram ações nesse sentido.

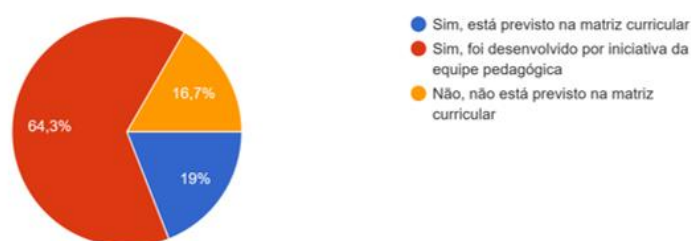


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO *BULLYING* EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

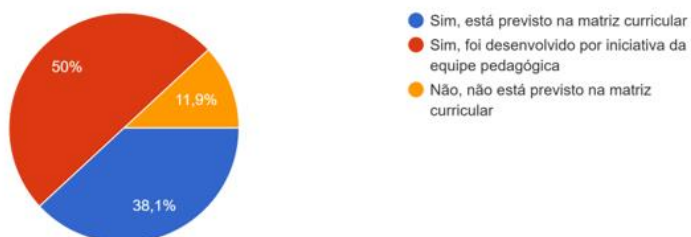
Quanto à temática de '**prevenção à violência**', 83,3% dos professores testemunharam eventos abordando essa conscientização, enquanto 16,7% relataram que não ocorreram ações nesse sentido. No entanto, a análise dos resultados sobre a '**promoção da paz**' revelou que 88,1% dos professores mencionaram a realização de eventos ou ações nesse âmbito, com apenas 11,9% indicando a ausência.

Figura 1 – Questão/respostas sobre 'prevenção a violência'
na unidade educacional da qual você faz parte, foi realizado algum projeto pedagógico envolvendo o tema: prevenção a violência?



Elaborado pelos autores (2023)

Figura 2 – Questão/respostas sobre 'promoção da paz'
na unidade educacional da qual você faz parte, foi realizado algum projeto pedagógico envolvendo o tema: promoção da paz?



Elaborado pelos autores (2023)

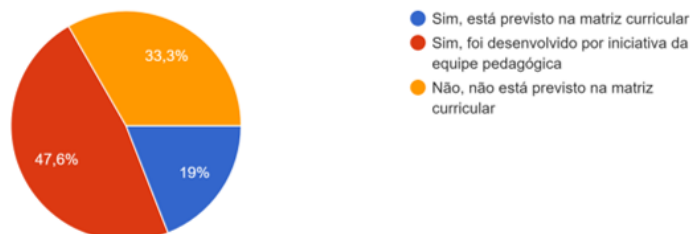
O tema central do questionário, a '**prevenção ao bullying**', mostrou um resultado diversificado. Enquanto 66,7% dos professores afirmaram que houve ações envolvendo os alunos nessa temática, 33,3% mencionaram a ausência de tais ações. A discrepância entre as respostas sobre prevenção, promoção da paz e prevenção à violência é notável. Cerca de um terço (1/3) dos respondentes indicou a ausência de debates sobre prevenção ao *bullying*, sugerindo uma possível desconexão entre as questões de violência, paz e *bullying*.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO *BULLYING* EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

Figura 3 – Questão/respostas sobre 'prevenção ao *bullying*'
na unidade educacional da qual você faz parte, foi realizado algum projeto pedagógico envolvendo o tema: prevenção ao *bullying*?



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Essa análise do questionário indica que, embora muitos temas relevantes sejam abordados nas unidades educacionais, há variações significativas na implementação dessas ações. A inclusão de temas como diversidade étnico-racial e cultura africana parece ser mais estabelecida, enquanto questões como antirracismo e prevenção ao *bullying* podem apresentar lacunas na conscientização e abordagem. A discrepância entre as respostas também ressalta a importância de uma abordagem abrangente e integrada no tratamento dessas questões, a fim de criar ambientes escolares verdadeiramente seguros, inclusivos e promotores da paz.

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO – RESPOSTA SME-RJ

A resposta da SME-RJ foi fornecida por meio de dois anexos, nos quais foram compiladas as informações em resposta às solicitações dos autores. A secretaria optou por apresentar esses dados em um único documento, explicando que as Coordenadorias Regionais de Educação estão alinhadas com as diretrizes estabelecidas pela SME. Conseqüentemente, as ações específicas da 9ª Coordenadoria Regional de Educação (9ª CRE) estão em concordância com as informações detalhadas abaixo (SME-RJ, 2023). Seguem, a seguir, os resultados obtidos da análise.

Ações preventivas, projetos e programas de intervenção

AP1: **Criação da GPE (Gerência de Proteção Escolar)** - Fortalecimento da estrutura interna para lidar com questões de proteção, prevenção e intervenção em violências no ambiente escolar.

AP2: **Comissões de Integração e Proteção ao Educando (CIPE)** - Implementação e coordenação de ações regionais visando a proteção integral da criança e do adolescente, prevenindo violências e violações de direitos.

AP3: **Materiais Educativos** - Criação de materiais como a Revista *Convivências e Conflitos* e séries de programas para abordar questões de *bullying*, *cyberbullying* e convivência saudável.

AP4: **Cursos EAD em Parceria com a Escola de Formação Paulo Freire** - Desenvolvimento de cursos online para capacitar professores e profissionais da educação em temas como adolescência, violência e promoção da saúde mental.

AP5: **Fórum de Prevenção às Violências na Escola (FPVE)** - Promoção de eventos para discussão e promoção de práticas de convivência saudável, mediação e diálogo no ambiente escolar.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO BULLYING EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

AP6: **Projeto Socioemocional** - Iniciativa para fortalecer competências socioemocionais, promover ambientes colaborativos e prevenir violências por meio do desenvolvimento de saúde mental.

A análise das ações da SME-RJ reflete compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes. Através da criação e fortalecimento da Gerência de Proteção Escolar (GPE), vinculada à Coordenadoria de Apoio à Gestão Escolar (CAGE), a SME busca transformar as escolas em espaços verdadeiramente seguros. A GPE, composta pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP) e o Núcleo dos Programas de Saúde na Escola (NPSE), bem como pelas Comissões de Integração e Proteção ao Educando (CIPE), trabalha para garantir a proteção integral dos estudantes por meio de ações preventivas, intervenções e capacitações. As CIPE desempenham um papel vital ao orientar as unidades escolares, formar profissionais, monitorar casos de violência e articular intervenções.

Por meio do NIAP, a SME desenvolve materiais educativos e programas que abordam o tema e promovem a convivência saudável. Essas ações abrangentes destacam o compromisso da SME-RJ em assegurar ambientes escolares seguros e conscientizar a comunidade educacional sobre a importância de enfrentar todas as formas de *bullying*. Dentre os recursos produzidos, destacam-se a Revista Convivências e Conflitos, a série de orientações "Vamos Conversar sobre as Convivências e Conflitos na Escola?", e a série de programas "Ensaio sobre a não violência". Além disso, a SME disponibiliza um jogo educativo interativo, aborda o tema em vídeo aulas, como "Um basta ao *bullying*" e "*Cyberbullying*: uma reflexão sobre práticas nos ambientes virtuais", e oferece materiais de orientação aos pais e responsáveis em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Essas ações indicam um esforço da SME-RJ em promover um ambiente escolar seguro, respeitoso e livre de violência, ao mesmo tempo em que capacita professores e alunos para lidar com conflitos de forma saudável e consciente. É importante destacar a recomendação de evitar a categorização de "agressor" e "vítima", seguindo orientações nacionais e internacionais.

Capacitação e treinamento dos profissionais:

CT1: **Capacitação de Profissionais** - Desenvolvimento de cursos e formações para professores e profissionais da educação, visando melhor compreensão e lidar com situações de violência.

CT2: **Parceria com Escola de Formação Paulo Freire** - Colaboração com a Escola de Formação Paulo Freire para oferecer cursos EAD abordando temas relevantes.

CT3: **1º FPVE** – evento que trouxe ao debate temas relacionado à prevenção da violência escolar.

A capacitação e treinamento dos profissionais da educação são componentes essenciais das ações preventivas. A SME desenvolve cursos em parceria com a Escola de Formação Paulo Freire¹, por meio de modalidades de ensino à distância (EAD), com o intuito de abordar questões relacionadas às adolescências, violência escolar e metodologias ativas. Além disso, a realização do 1º Fórum de

¹ <https://eadepf.rioeduca.rio.gov.br/>



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO BULLYING EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

Prevenção às Violências na Escola (FPVE)² proporcionou um espaço de discussão e capacitação sobre relações escolares e a prevenção de violências.

Legislação e normas diretivas da SME

Leg1: **Regimento Escolar** - *Estabelecimento de normas e diretrizes através do Regimento Escolar para orientar o funcionamento das escolas, incluindo abordagem de prevenção ao bullying.*

Leg2: **Protocolo de Prevenção, Proteção e Segurança Escolar** - *Desenvolvimento de um protocolo para orientar ações preventivas e de resposta em situações de crise.*

Leg3: **Deliberação e/CME nº 55** - *Normatização da Lei 13.935, de 2019, que assegura a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica.*

A formulação de projetos e políticas públicas destinados a combater o *bullying* escolar requer aderência estrita à legalidade estabelecida pela Constituição brasileira. Para assegurar a eficácia dessas iniciativas, é fundamental que os gestores de todas as esferas possuam um entendimento das normas legais que orientam as estratégias de prevenção, conscientização e abordagem desse problema. Esse conhecimento permite que os profissionais envolvidos, incluindo o corpo docente e as equipes de apoio escolar, implementem as ações de maneira eficaz, garantindo a busca pela excelência na realização dos objetivos propostos. Nesse contexto, o Quadro 2 apresenta uma seleção das normas legais que orientam as atividades dos gestores públicos e profissionais envolvidos na abordagem deste tema, que é o escopo deste estudo.

Quadro 2 – Normas que orientam o enfrentamento ao *bullying* escolar

Normas Legais / Diretivas	Publicação
Lei Federal nº 13.185/2015	06/11/2015
Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019	11/12/2019
Lei nº 7.139, de 24 de novembro de 2021	24/11/2021
Lei Municipal nº 5.089/2009 (Rio de Janeiro)	06/10/2009
Lei Municipal nº 6368/2018 (Rio de Janeiro)	28/05/2018
Decreto nº 32.205	13/07/2010
Resolução SME nº 222	23/11/2020
Resolução SME nº 268	24/06/2021
Deliberação e/CME nº 55	20/12/2022
Circular E/SUBAIR/CAGE/GPE nº 01/2023	Maio de 2023
Circular E/SUBAIR nº 04/2023	2023

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

² <https://www.youtube.com/live/AZIVemRS14g>



A base legal que sustenta as ações da SME-RJ incorpora diversas normas e diretrizes. A Lei Federal nº 13.185/2015, o Decreto nº 32.205, as Resoluções SME nº 222 e nº 268, bem como a Deliberação e/CME nº 55, estabelecem os alicerces para a execução das medidas preventivas, de intervenção e de capacitação nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Além disso, a SME emitiu circulares, como a Circular E/SUBAIR/CAGE/GPE nº 01/2023 e a Circular E/SUBAIR nº 04/2023, que fornecem orientações específicas para a conscientização, prevenção e combate a todas as formas de violência nas Unidades Escolares, bem como para o desenvolvimento de ambientes escolares mais saudáveis e propícios ao bem-estar de todos os envolvidos.

A análise das ações da SME ressalta uma intenção em promover ambientes escolares seguros, saudáveis e acolhedores por meio de uma abordagem abrangente, abarcando ações preventivas, projetos de intervenção, capacitação dos profissionais e estruturas organizacionais adequadas, sustentada por normas e diretrizes bem definidas.

5 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo se propôs a avaliar a implementação das medidas preventivas contra o *bullying* em escolas públicas do Rio de Janeiro, visando compreender sua eficácia na redução das ocorrências e no bem-estar dos estudantes. Os resultados obtidos revelam que, embora diversas questões relevantes, como as motivações por trás da intimidação sistemática, tenham sido abordadas nas instituições de ensino, existe uma notável variação na implementação dessas medidas. A incorporação de temas como diversidade étnico-racial e cultura africana parece estar mais consolidada, porém, aspectos como antirracismo e prevenção ao *bullying* ainda carecem de uma conscientização e abordagem mais abrangentes.

A evidente disparidade nas respostas relativas à "prevenção ao *bullying*", "promoção da paz" e "combate à violência" é marcante, apontando para uma possível desconexão entre as discussões sobre prevenção ao *bullying* e os conceitos mais amplos de violência e paz. Essa discrepância realça a importância premente de adotar uma abordagem coesa e abrangente para enfrentar essas questões, visando estabelecer ambientes escolares genuinamente seguros, inclusivos e propícios à harmonia.

No que tange à SME-RJ e à 9ª CRE, as ações relatadas pelo órgão denotam seu empenho na promoção de um ambiente escolar seguro, respeitoso e livre de violência, ao passo que capacita professores e alunos para lidar construtivamente com conflitos. A elaboração de materiais educativos e programas voltados ao enfrentamento do *bullying* e ao fomento de relações saudáveis é uma iniciativa de suma importância.

Da mesma forma, o treinamento e capacitação dos profissionais da educação constituem componentes cruciais das estratégias preventivas, em colaboração com a Escola de Formação Paulo Freire, além do 1º Fórum de Prevenção à Violência Escolar, um evento enriquecedor para discussões e reflexões nesse âmbito. Além disso, nota-se um desejo de promover ambientes escolares acolhedores, saudáveis e seguros por meio de uma abordagem ampla, que engloba medidas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO *BULLYING* EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

preventivas, projetos de intervenção, capacitação dos profissionais e estruturas organizacionais bem definidas, embasadas em normas e diretrizes claras.

Entretanto, é crucial reconhecer as limitações que este estudo enfrentou e que podem ter influenciado a amplitude e validade dos resultados. Uma das principais limitações reside na falta de uma amostra representativa. Além disso, entraves burocráticos, como a demora nas respostas às solicitações, impactaram o andamento do estudo, afetando a capacidade dos pesquisadores de acessar as escolas conforme planejado inicialmente. Isso restringiu a coleta de dados de primeira mão e a possibilidade de observações diretas.

Apesar das limitações enfrentadas, o estudo esforçou-se para fornecer reflexões pertinentes e significativas dentro das possibilidades disponíveis. Nesse contexto, é recomendável que a pesquisa seja continuada e aprofundada, a fim de monitorar e acompanhar as ações em curso nas unidades escolares, contribuindo assim para um entendimento mais abrangente e eficaz das estratégias de prevenção ao *bullying* e promoção de ambientes educacionais saudáveis.

6 REFERÊNCIAS

ABRACE. **Programa Preventivos**. [S. l.]: Abrace, s. d. Disponível em: <https://abraceprogramaspreventivos.com.br/escola-sem-bullying/>. Acesso em: 23 set. 2022.

ALBUQUERQUE, Amanda Pereira; MACIEL, Sílvia. *BULLYING ESCOLAR: Uma Revisão Sistemática da Literatura*. **Revista Contexto & Educação**, v. 37, n. 117, p. 186-198, 2022. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12877>. Acesso em 19 jul. 2023.

BRANDÃO NETO, W. *et al.* Formation of protagonist adolescents to prevent bullying in school contexts. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. e20190418, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0418>.

BRASIL. **Lei n.º 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Música**. Brasília: FNDE, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 23 set. 2022.

CARNEIRO, N. C. **Enfrentamento do bullying no ambiente escolar**. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

CNN BRASIL. Dez anos após realengo, bullying nas escolas está longe de ser superado. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/dez-anos-apos-realengo-bullying-nas-escolas-esta-longo-de-ser-superado/>. Acesso em: 23 set. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO BULLYING EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

FARAJ, S. P. *et al.* Enfrentando o bullying na escola: experiências de intervenções no combate à violência. **Aletheia**, v. 54, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/6867>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GALLI, Mariana Vicente. **Bullying**: características desencadeadoras na opinião de universitários. 2017. 87f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru (SP), 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150479>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GOMES, F. V. F. Ações de prevenção ao bullying escolar no ensino fundamental: relato de experiência em psicologia escolar/educacional. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 15, p. e240111537162, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i15.37162. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37162>. Acesso em: 14 mar. 2023.

HARTH, R. F. *et al.* Prevalence of bullying in school context: a study with school children in a city of Rio de Janeiro. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e1511729516, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29516. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29516>. Acesso em: 14 jul. 2023.

LIMA, A. B. C. **A compreensão do fenômeno bullying em adolescentes a partir de reportagens online**. 2020. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unifametro.edu.br/handle/123456789/765>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MARQUES, W. R. *et al.* Bullying no! Public policies and the perspective of the sociology and psychology of education to face violence in the school environment. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e1911931343, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.31343. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31343>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MELO, E. F.; MOURA, D. B. Uma violência invisível em educação: o assédio moral. **Revista Philologus**, v. 27, n. 79, Supl., p. 1481-98, 2021.

MEMÓRIA GLOBO. Massacre em Realengo. **Memória Globo**, 28 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/massacre-em-realengo/noticia/massacre-em-realengo.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2022.

MENDES, L. C. **A responsabilidade civil das instituições de ensino por atos de bullying**. 2022. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/28421>. Acesso em: 14 set. 2022.

MUNDO NEGRO. Estudante negra sofre ataque racista em escola e colegas se mobilizam em ação de apoio: “Justiça por Vitória”. 31 mar. 2023. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/estudante-negra-sofre-ataque-racista-em-escola-e-colegas-se-mobilizam-em-acao-de-apoio-justica-por-vitoria/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

PANOSSO, M. G.; KIENEN, N.; BRINO, R. DE F. Teacher Training for Prevention and Management of School Bullying Situations: A Systematic Literature Review. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 39, p. e39310, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/mxxr8sKfLTt8fdHfRgd9jQF/?lang=pt#>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PODER360. Brasil teve 5 ataques com mortes em escolas em 2022 e 2023. **PODER360**, 06 abr. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-teve-5-ataques-com-mortes-em-escolas-em-2022-e-2023/>. Acesso em: 09 jul. 2023.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PREVENÇÃO AO BULLYING EM ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO RIO DE JANEIRO (RJ)
Yasmin Moura de Macedo, Thaysa Graciana Neivo, Iuri Pires da Silva

PORTAL G1. Aluna com autismo é vítima de bullying dentro de escola, vídeos repercutem e geram protesto em Natividade (RJ). **G1 Norte Fluminense**, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2023/03/31/aluna-com-autismo-e-vitima-de-bullying-dentro-de-escola-videos-repercutem-e-geram-protesto-em-natividade-rj-video.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei ordinária n.º 5.089 de 6 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao Bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/>. Acesso em: 14 set. 2022.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei ordinária n.º 6368, de 28 de maio de 2018**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361534>. Acesso em: 18 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei ordinária nº 7.139, de 24 de novembro de 2021**. Dispõe sobre a utilização de material publicitário nos veículos de transporte escolar com intuito de combater o bullying infantil e dá outras providências. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/7cb7d306c2b748cb032579600610ad8/bf83005781502a6803258797004cb69c?OpenDocument>. Acesso em: 14 set. 2022.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: Mentas Perigosas Nas Escolas**. Rio de Janeiro: Editora Fontanar, 2010.

SILVA, G. R. R. E. *et al.* A influência da violência familiar e entre pares na prática do bullying por adolescentes escolares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4933–4943, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.20632019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yyDS4xFjTVpz3szVmW4jzRD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVA; M. V. da; VINHA, T. P. **Bullying na escola: uma reflexão sobre suas características**. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/coppem/sites/www.coppem.fe.unicamp.br/files/46-monica-valentin.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA - SBP. **Guia Prático de Atualização: Bullying nº 3**. São Paulo: SBP, 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/20032d-GPA_-_Bullying.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

TOGNETTA, L. R. P. *et al.* Validação de instrumento sobre engajamento e desengajamento moral de docentes diante do bullying na escola. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 1, p. 3, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8583202>. Acesso em: 18 jul. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6. ed. Atlas. Rio de Janeiro, 2019.

ZEQUINÃO, M. A. *et al.* Associação entre bullying escolar e o país de origem: um estudo transcultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240013, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240013>.